

ÁFRICA DO SUL DIMINUIU APOIO AOS BANDIDOS ARMADOS

— Joaquim Chissano, no comício que orientou no distrito de Guro

por Felisberto Matusse, nosso enviado especial

O Presidente Joaquim Chissano disse ontem, na sede do distrito de Guro, na província de Manica que a África do Sul diminuiu significativamente o seu apoio à chamada Renamo, graças aos esforços diplomáticos que estão a ser envidados pelo Governo moçambicano. Chissano falava num comício popular realizado nesta parcela do país ao qual assistiram mais de 25

O Chefe do Estado revelou que, no quadro dos esforços em curso para pôr termo à guerra no país, o Governo moçambicano já deixou claro às autoridades sul-africanas que se Moçambique estiver efectivamente em paz pode trabalhar em conjunto com a África do Sul para o desenvolvimento de ambos os países.

A luz desses esforços, o Presidente Chissano afirmou que em 1985 os bandidos armados foram convidados a regressarem às suas casas, facto que foi circunstanciado em 1987 com a aprovação da Lei de Amnistia e Perdão.

Decorrente dessa lei, só em 1988 mais de três mil indivíduos que outrora pertenceram aos bandidos armados entregaram-se às nossas autoridades vivendo actualmente como cidadãos livres.

Segundo o Presidente Chissano, é devido à diminuição dos apoios que a África do Sul concedia aos bandidos armados que estes matam muito nos últimos tempos, pois encontram-se numa situação de desespero.

O Chefe do Estado deu também a conhecer que na própria África do Sul existem, neste momento, vozes discordantes no apoio que se concede à Renamo, tendo-se mostrado convicto de um dia o regime de Pretória poder chegar a um consenso sobre a necessidade de estar do lado do povo e do Governo moçambicanos.

BA'S QUEREM RECONHECIMENTO

No decurso do comício, o dirigente moçambicano voltou a afirmar que os bandidos armados exigem, neste momento, e a todo o custo um reconhecimento como partido político, facto que entra em contradição com as leis existentes no país e aprovadas pelo povo.

Para o dirigente moçambicano, qualquer lei só pode ser mudada pelo povo. Segundo disse, qualquer alteração da ordem estabelecida no país deve ter um consentimento popular, o que é negado pelos cabecilhas dos bandidos armados que exigem reconhecimento imediato, de bandeja pela Frelimo.

Por último, o Governo moçambicano fez um apelo ao povo para que se apresente em massa para as eleições gerais em 1991.

Estes princípios foram rejeitados em absoluto pelo chefe da Renamo que, sem respeitar a ordem estabelecida, exige o reconhecimento imediato como um segundo partido político em Moçambique, com poderes para participar em pé de igualdade nas eleições gerais com a Frelimo, posição igualmente rejeitada pelo executivo moçambicano e devidamente fundamentada.

POVO E FAM DEVEM ESTAR JUNTOS

No comício de Guro, o Chefe do Estado chamou a atenção das populações presentes para que estas e as Forças Armadas de Moçambique estejam juntas na luta contra o banditismo armado.

Na óptica do Chefe do Estado, a união deve ser concreta, cabendo aos dirigentes do Governo a missão de prosseguir os contactos com os cabecilhas da Renamo a fim de lhes explicar que o povo quer a paz mas não quer a Renamo. **O povo quer o fim da guerra, mas não quer a Renamo. O povo quer um só Partido. O Partido Frelimo,** concluiu o Chefe do Estado, sintentizando as intervenções de dezenas de populares que usaram da palavra durante o encontro.

Segundo explicou o Presidente Chissano, a existência de muitos partidos só serviria para dividir o povo moçambicano. **Pensamos que a existência de muitos partidos vai nos dividir. Vai aparecer partido dos nhungues, dos**

mil pessoas, onde igualmente declarou que as autoridades moçambicanas vão continuar a envidar esforços por forma a persuadir o cabecilha dos bandidos armados, Afonso Dlakama e o seu grupo a abandonar a via do banditismo. Afirmou, por outro lado, que enquanto não falarmos temos que defender o melhor possível o nosso país.

senas, dos católicos, dos muçulmanos e vamos lutar ainda mais.

DECISÕES DO CONGRESSO

Neste encontro, o Presidente Joaquim Chissano falou também das decisões tomadas pelo recentemente realizado 5.º Congresso tendo chamado a atenção dos presentes para a sua correcta aplicação.

Chissano disse que o Congresso tomou decisões na área do Trabalho, da Agricultura, da Educação, da Cultura, da Saúde, do Desporto, da Indústria e para todos os sectores da vida nacional sendo, no entanto, importante a sua correcta aplicação, devendo sempre se começar por aquelas que dizem respeito à área que cada qual ocupa.

O recenseamento geral da população, a ter lugar em 1990, o estudo do Projecto da Revisão da Constituição, as eleições gerais de 1991 mereceram também do Chefe do Estado uma abordagem especial.

Guro é um distrito que fica a norte da província de Manica, confinando com a região sul de Tete. É habitada por 5 297 pessoas ocupando uma superfície de 6 920 quilómetros quadrados. Só na sede distrital vivem 13 918 pessoas.

Tem como actividade económica principal, a agricultura, produzindo prioritariamente milho, amendoim e mapira. A pecuária situa-se no plano imediato com a criação do gado bovino, caprino e suíno em grande destaque.

Tem uma população deslocada de

Nesta sua deslocação, Joaquim Chissano fazia-se acompanhar dos membros do Bureau Político, Feliciano Gundana, Jorge Rebelo e Rafael Maguni respectivamente, Ministro na Presidência, Secretário do Comité Central para o Trabalho Ideológica e Governador da Província de Manica.

Faziam ainda parte da comitiva, o Ministro da Saúde, Leonardo Simão, dos Recursos Minerais, John Kachamila, os Vice-Ministros da Educação e da Indústria e Energia, respectivamente Arnaldo Nhavotso e Octávio Muthemba, o Secretário de Estado da Hidráulica Agrícola, Rui Gonzalez, para além de altos quadros do Partido e do Estado quer a nível central, quer a nível provincial e dos Embaixadores da Zâmbia, Nigéria, Noruega e Suécia.

23 de Novembro de 1989